



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 24ª RE

Simulado Especial

TRT MS

Analista Judiciário - Área Judiciária
Sem Especialidade - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT-MS (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do TRT-MS;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/2v6MviGHvLJgsHHE9>

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) (E) | 13 - (A) (B) (C) (D) (E) | 25 - (A) (B) (C) (D) (E) | 37 - (A) (B) (C) (D) (E) | 49 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) (E) | 14 - (A) (B) (C) (D) (E) | 26 - (A) (B) (C) (D) (E) | 38 - (A) (B) (C) (D) (E) | 50 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) (E) | 15 - (A) (B) (C) (D) (E) | 27 - (A) (B) (C) (D) (E) | 39 - (A) (B) (C) (D) (E) | 51 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) (E) | 16 - (A) (B) (C) (D) (E) | 28 - (A) (B) (C) (D) (E) | 40 - (A) (B) (C) (D) (E) | 52 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) (E) | 17 - (A) (B) (C) (D) (E) | 29 - (A) (B) (C) (D) (E) | 41 - (A) (B) (C) (D) (E) | 53 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) (E) | 18 - (A) (B) (C) (D) (E) | 30 - (A) (B) (C) (D) (E) | 42 - (A) (B) (C) (D) (E) | 54 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) (E) | 19 - (A) (B) (C) (D) (E) | 31 - (A) (B) (C) (D) (E) | 43 - (A) (B) (C) (D) (E) | 55 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) (E) | 20 - (A) (B) (C) (D) (E) | 32 - (A) (B) (C) (D) (E) | 44 - (A) (B) (C) (D) (E) | 56 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) (E) | 21 - (A) (B) (C) (D) (E) | 33 - (A) (B) (C) (D) (E) | 45 - (A) (B) (C) (D) (E) | 57 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) (E) | 22 - (A) (B) (C) (D) (E) | 34 - (A) (B) (C) (D) (E) | 46 - (A) (B) (C) (D) (E) | 58 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) (E) | 23 - (A) (B) (C) (D) (E) | 35 - (A) (B) (C) (D) (E) | 47 - (A) (B) (C) (D) (E) | 59 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) (E) | 24 - (A) (B) (C) (D) (E) | 36 - (A) (B) (C) (D) (E) | 48 - (A) (B) (C) (D) (E) | 60 - (A) (B) (C) (D) (E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

01. As frases a seguir mostram uma forma sublinhada, composta de *não + verbo*. Substituindo essa forma por um só verbo, de sentido equivalente no contexto, assinale a opção inadequada.

- a) O advogado sugeriu à empresa que não avançasse em seus planos. / recuasse.
- b) O grupo avisou que não dispunha das ferramentas adequadas para execução da tarefa. / carecia.
- c) Para quem não sabe, exercício físico diário por pelo menos 30 minutos é importante. / ignora
- d) O público não aplaudiu a atitude daqueles senhores. / reprovou
- e) Não abriu a porta do quarto para preservar a privacidade / fechou;

02. Assinale a opção em que a preposição sublinhada tem valor nocional, ou seja, não é exigida por nenhum termo anterior.

- a) É necessário ter amor aos livros.
- b) Aqueles jovens vivem alheios a tudo.
- c) Não devemos nos esquecer de quem somos, de nossas raízes.
- d) As construções de Niemeyer são mundialmente conhecidas.
- e) A construção da ponte demorou mais que o planejado.

03. O segmento abaixo que mostra uma estrutura textual diferente da que aparece nas definições:

- a) A qualidade de vida é o método utilizado para mensurar as condições de vida de um ser humano.
- b) Sustentabilidade é a característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua

permanência, em certo nível, por um determinado prazo.

- c) O limite é responsável pelo estabelecimento de diretrizes legais para o convívio em sociedade.
- d) A vida é um delicado equilíbrio entre tomar boas decisões e evitar perigos.
- e) Sonho: uma experiência de imaginação do inconsciente durante nosso período de sono.

04. Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático. A frase abaixo que emprega corretamente essa estratégia é:

- a) Os pesquisadores tornaram-se referência; os médicos foram essenciais.
- b) O Congresso impediu novas manifestações.
- c) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.
- d) O jornalista afirmou ser imparcial e que prezava a liberdade de imprensa.
- e) Para esquecer o presente, vive-se o passado.

05. Nas frases a seguir, os termos em destaque foram substituídos para evitar-se a repetição de palavras. Assinale a opção em que essa substituição foi feita por um hiperônimo (vocábulo de conteúdo geral).

- a) A revista que comprei era sobre astronomia.
- b) Os jovens assistiram ao show e depois falaram mal dele.
- c) A novela teve uma boa estreia, mas a obra não conseguiu manter a mesma audiência.
- d) Os alunos fizeram o trabalho em grupo, mas nem todos do grupo contribuíram com a tarefa.
- e) Terminei minha dissertação de mestrado, e defendê-la foi o mais difícil.

06. “Não é coisa reprovável, mas altamente louvável, tomar emprestadas de uma língua estrangeira as sentenças e palavras e incorporá-las na própria”.

A frase abaixo em que o estrangeirismo sublinhado mostra uma incorporação completa ao nosso idioma é:

- a) O hamburger se popularizou como fast-food.
- b) Há diferentes mecanismos de alívio do stress.
- c) A inscrição será realizada somente através do site da instituição.
- d) Um renomado chefe de cozinha virá ao Brasil.
- e) Não há empresa sem marketing.

07. Assinale a opção em que a troca de posição dos termos sublinhados ocasiona modificação indevida de sentido.

- a) as melhores ações / as ações melhores.
- b) qualquer situação / situação qualquer.
- c) as pessoas importantes / as importantes pessoas.
- d) velhas roupas / roupas velhas.
- e) o incrível bar / o bar incrível.

08. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) Os resultados das últimas ações implicam em crescimento econômico.
- b) As notícias chegaram nas populações mais distantes.
- c) Lembrei o seu aniversário logo pela manhã.
- d) Viajei para informar-lhes de que a situação não mudou.
- e) Seu empenho visava o sucesso.

09. Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

- a) Os políticos queriam a aprovação do novo projeto.
- b) No processo, as mulheres sempre eram as mais tranquilas.
- c) Pensou ter ouvido barulho vindo dos fundos da casa.
- d) As crianças jogavam bola no campo do bairro.
- e) Ainda que saudável, permanecia cauteloso.

10. Junte as duas frases a seguir com o auxílio de um pronome relativo.

- 1. Vi o novo filme de Fernanda Torres.
- 2. Comprei o ingresso do filme de Fernanda Torres pela Internet.

Assinale a opção que apresenta a forma adequada.

- a) Vi o novo filme de Fernanda Torres, que comprei pela Internet.
- b) Vi o novo filme de Fernanda Torres, cujo comprei pela Internet.
- c) Na Internet, onde comprei o ingresso para o filme de Fernanda Torres, vi o filme.
- d) Vi o novo filme de Fernanda Torres cujo ingresso comprei pela Internet.
- e) Vi o novo filme de Fernanda Torres de cujo ingresso comprei pela Internet.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
 - Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.
- Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- a) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- b) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- c) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- d) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- e) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

12. Em um certo TRT, trabalham 17 juízes, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os juízes dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 juízes desse tribunal trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

- a) 28
- b) 34
- c) 51
- d) 56
- e) 68

13. Em uma metrópole, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; M, N e P. Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
- 420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

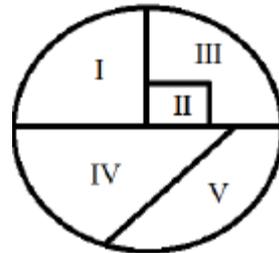
140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

14. Um jogo é disputado com o mapa abaixo. O mapa possui cinco regiões, que devem ser coloridas de modo que aquelas que fazem fronteira tenham cores distintas. As cores disponíveis para colorir tal mapa são: branco, preto, roxo e rosa.



Se a região I for colorida com branco e a região V for colorida com preto, então a região II poderá ser colorida APENAS com

- a) rosa
- b) preto
- c) roxo
- d) rosa ou roxo
- e) roxo ou branco

15. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

16. Em uma reunião administrativa no TRT-MS, Ana, servidora do Tribunal, foi orientada a elaborar um relatório sobre a composição e funcionamento das Turmas, baseando-se no Regimento Interno.

Com base no Regimento Interno do TRT-MS, analise as afirmativas a seguir sobre a composição e funcionamento das Turmas e identifique a correta:

- a) Em caso de vacância de membro de uma Turma, a nomeação de um novo integrante ocorrerá por sorteio entre os desembargadores disponíveis.
- b) Cada Turma deve funcionar com, no mínimo, três membros, sendo que todos devem obrigatoriamente ser desembargadores.
- c) O mandato do Presidente de uma Turma é de dois anos, sendo permitida a reeleição imediata para o mesmo cargo.
- d) O Presidente da Turma é eleito pelos membros da Turma, por votação, com mandato de dois anos.

e) O Desembargador mais antigo da Turma assume automaticamente a presidência, salvo se renunciar ao encargo.

17. Nas Varas do Trabalho de Campo Verde, três juízes titulares assumiram recentemente suas funções, e o Diretor da Vara, Marcelo, precisava organizar a ordem de antiguidade entre eles. Eis os dados:

- Ana
 - Tomou posse em 15 de março de 2020.
 - Começou a exercer suas funções em 20 de março de 2020.
 - Ficou em 2º lugar no concurso.
- Bruno
 - Tomou posse em 15 de março de 2020.
 - Começou a exercer suas funções em 02 de abril de 2020.
 - Ficou em 1º lugar no concurso.
- Carla
 - Tomou posse em 5 de março de 2020.
 - Começou a exercer suas funções em 10 de março de 2020.
 - Ficou em 3º lugar no concurso.

Com base nos critérios do Regimento Interno do TRT-MS, qual é a ordem correta de antiguidade entre os juízes?

- a) Carla, Ana, Bruno
- b) Ana, Bruno, Carla
- c) Carla, Bruno, Ana
- d) Bruno, Carla, Ana
- e) Ana, Carla, Bruno

18. No Tribunal Regional do Trabalho, durante um debate sobre a aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), um grupo de advogados discutia a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e as hipóteses de cabimento e julgamento do incidente.

Com base no Regimento Interno do TRT-MS, analise as afirmativas e identifique a alternativa correta:

- a) A desistência do incidente impede o exame de mérito pelo Tribunal.
- b) O Ministério Público do Trabalho somente intervém no incidente se for o requerente.
- c) É possível suscitar novamente o incidente caso os pressupostos de admissibilidade sejam posteriormente preenchidos.
- d) O incidente de resolução de demandas repetitivas pode ser suscitado mesmo que o Supremo Tribunal Federal ou o Tribunal Superior do Trabalho já tenham afetado recurso sobre a mesma questão.
- e) O julgamento do incidente cabe exclusivamente ao órgão especial do Tribunal.

19. Durante uma capacitação no TRT-MS sobre o processamento de recursos administrativos, os servidores discutiam os prazos e procedimentos para interposição de recursos contra decisões administrativas. O instrutor elaborou a seguinte questão para avaliar o entendimento:

Com base nos Artigos 206 e 210 do Regimento Interno do TRT-MS, analise as afirmativas e identifique a alternativa correta:

- a) O prazo para interposição de recurso ao Tribunal Pleno contra decisões unipessoais em matéria administrativa é de 8 dias corridos.
- b) Em caso de infração disciplinar atribuída a magistrado, o processo será relatado pelo Vice-Presidente do Tribunal.
- c) É vedado que o desembargador prolator da decisão recorrida participe do julgamento dos recursos administrativos.

d) O prazo para interposição de recurso ao Tribunal Superior do Trabalho contra decisões administrativas do Tribunal Pleno é de 8 dias, contados da data da ciência.

e) Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, os processos administrativos serão encaminhados ao Desembargador mais novo presente na sede.

20. Durante uma reunião administrativa, a servidora Clara preparava um manual prático sobre o protocolo das sessões do TRT-MS. Com base no Regimento Interno do TRT-MS, analise as afirmativas e identifique a alternativa correta:

- a) Durante as sessões, os advogados que realizarem sustentação oral deverão usar capa, assim como os secretários e demais servidores.
- b) Nas sessões do Tribunal, o Vice-Presidente toma assento ao lado direito do Presidente, e o membro do Ministério Público do Trabalho, ao lado esquerdo.
- c) Em sessões solenes, o desembargador mais antigo organiza a disposição dos assentos na mesa principal.
- d) A posse de desembargadores ocorre exclusivamente perante o Tribunal Pleno, em sessão solene convocada para essa finalidade, exceto em situações urgentes ou excepcionais.
- e) Em situações urgentes, o magistrado pode tomar posse perante qualquer membro efetivo do Tribunal.

21. De acordo com o Regimento Interno do TRT-MS, depende de publicação e inclusão em pauta os julgamentos sobre:

- a) os habeas corpus;
- b) os embargos de declaração;
- c) a homologação de acordo em dissídio coletivo;
- d) o agravo regimental
- e) os conflitos de competência.

22. Sobre a Comissão de Ética do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, conforme disposto no Código de Ética e Conduta, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Comissão de Ética será composta por três membros e respectivos suplentes, todos servidores efetivos e estáveis, que não podem ter sofrido punição administrativa ou penal.
- II. Os integrantes da Comissão de Ética receberão adicional remuneratório pelos trabalhos desenvolvidos, como forma de incentivo ao exercício de suas atribuições.
- III. Quando o assunto envolver parentes de até terceiro grau de um integrante titular da Comissão, este ficará impedido de participar, assumindo o respectivo suplente.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

23. Com base nas disposições iniciais do Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Código de Ética aplica-se apenas aos servidores efetivos do Tribunal, excluindo servidores cedidos ou removidos.
- II. Um dos objetivos do Código de Ética é reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios e normas éticos, promovendo a compatibilização dos valores individuais do servidor com os valores institucionais.
- III. A Comissão de Ética é uma instância consultiva que pode ser acionada para esclarecer dúvidas acerca da conformidade da conduta do servidor com os princípios e normas do Código de Ética.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.

- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

24. Com base no Regimento Interno do TRT-MS, analise as afirmativas a seguir:

- I. As sessões virtuais são realizadas em ambiente eletrônico e permitem o acesso de magistrados, servidores, membros do Ministério Público do Trabalho, partes e advogados.
- II. As sessões híbridas permitem a participação de integrantes tanto de forma presencial quanto remota, conforme regulamentação específica do Regimento Interno.
- III. A pauta das sessões, sejam elas virtuais, telepresenciais ou híbridas, deve ser publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) com antecedência mínima de cinco dias úteis, indicando data e horário de início.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

25. Com base nos Artigos 140 a 143 do Regimento Interno do TRT-MS, analise as afirmativas a seguir:

I. O acórdão será sempre assinado pelo relator ou, na sua impossibilidade, pelo revisor ou pelo magistrado cujo voto seja coincidente, e na ausência destes, pelo Presidente da sessão.

II. A republicação de acórdão no Sistema PJe-JT pode ser autorizada pelo Pleno ou pela Turma, mesmo sem a existência de erro na publicação original.

III. No caso de divergência ou convergência de voto, o magistrado tem prazo igual e concomitante ao do relator para enviar seu voto, sob pena de desistência tácita se não o fizer.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

26. O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

27. O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

28. O fragmento a seguir foi extraído da Identidade do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-MS):

“Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Esse fragmento representa

- a) a visão do TRT-MS.
- b) a missão do TRT-MS.
- c) o negócio do TRT-MS.
- d) a estratégia do TRT-MS.
- e) os valores do TRT-MS.

29. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

30. Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material. A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como:

- a) analítica;
- b) não programada;
- c) intuitiva;
- d) programada;
- e) ponderada.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

31. Uma das características do orçamento-programa é uma maior ênfase no que a entidade realiza e não no que ela gasta, o que implica definição dos objetivos e apresentação dos resultados da entidade em um dado período. Com isso, na elaboração de uma proposta orçamentária a partir da lógica conceitual do orçamento-programa, uma etapa anterior ao estabelecimento das prioridades consiste na(no):

- a) definição dos objetivos;
- b) determinação das tarefas;
- c) determinação dos recursos;
- d) determinação dos meios financeiros;
- e) apresentação das soluções.

32. Durante a revisão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 de um ente federativo, o órgão legislativo decidiu incorporar emendas orçamentárias limitadas a 2% da Receita Corrente Líquida (RCL), especificando que metade deste percentual deverá ser alocado para a saúde pública. Esta porcentagem deve ser calculada com base na:

- a) RCL do exercício de 2023;

- b) média da RCL dos três últimos exercícios financeiros;
- c) RCL do exercício de 2024;
- d) RCL do exercício a que se refere o projeto;
- e) RCL do exercício anterior ao que se refere o projeto.

33. Após uma crise econômica que impactou negativamente as receitas, um estado brasileiro projetou cautelosamente suas receitas correntes para o próximo exercício fiscal. Surpreendentemente, a partir do terceiro trimestre, a arrecadação mensal começou a exceder as estimativas iniciais. Até o final de setembro, a arrecadação excedeu as expectativas em 12%, alcançando R\$ 22,4 bilhões, que é R\$ 2,4 bilhões acima do esperado. Diante deste cenário, a equipe econômica do governo considerou algumas opções para o uso destes recursos adicionais. Segundo a legislação vigente, a equipe do governo deve:

- a) Utilizar todo o excedente de arrecadação para a abertura de créditos adicionais extraordinários no orçamento.
- b) Empregar os recursos para restaurar as dotações que foram cortadas durante o ano devido às restrições orçamentárias.
- c) Avaliar a tendência de arrecadação para os próximos meses antes de decidir sobre a abertura de créditos adicionais especiais.
- d) Alocar os recursos excedentes, excluindo qualquer quantia destinada a créditos adicionais já autorizados.
- e) Segregar uma parte dos recursos para cobrir obrigações contingentes como indicado no anexo de riscos fiscais do orçamento.

34. Sobre o processo orçamentário, determine se as seguintes declarações são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A formulação da proposta orçamentária inclui a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Poder Executivo, que orienta a criação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e é posteriormente revisada pelo Poder Legislativo.
- () A execução orçamentária envolve a administração dos recursos previstos na LOA, passando pelos estágios de arrecadação das receitas: previsão, lançamento e arrecadação.
- () A revisão orçamentária consiste na verificação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LOA, avaliando o desempenho dos programas de governo e o uso dos recursos federais. Inclui também a análise da eficiência e efetividade da gestão financeira nos órgãos e entidades do governo, bem como a fiscalização do emprego de recursos públicos por entidades privadas.

As afirmações são, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – F – F.
- c) F – F – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

35. Dentro do processo orçamentário, o Poder Executivo é responsável pela elaboração da proposta orçamentária, que é posteriormente submetida ao Poder Legislativo para análise, emendas, votação e aprovação. A introdução da Emenda Constitucional nº 100/2019 enfatizou o papel das emendas parlamentares no orçamento, estabelecendo que:

- a) define o dever de execução das programações orçamentárias, o que supera o antigo debate acerca da natureza jurídica da lei orçamentária, ou seja, se as programações representavam mera autorização para a execução (modelo autorizativo) ou se, diante do sistema de planejamento e

orçamento da Constituição de 1988, poder-se-ia extrair o caráter vinculante da lei orçamentária, o que acabou prevalecendo;

- b) o dever de execução é um vínculo imposto ao constituinte, no interesse da sociedade, que o impele a tomar todas as medidas necessárias (empenho, contratação, liquidação, pagamento) para viabilizar a entrega de bens e serviços correspondente às programações da lei orçamentária.;
- c) a própria Constituição esclarece que o dever de execução se aplica nos casos em que impedimentos de ordem técnica ou legal, na medida em que não representam óbice intransponível para o gestor.
- d) o caráter impositivo da execução do orçamento importa apenas para as chamadas despesas discricionárias financeiras (não obrigatórias).
- e) a execução das despesas “obrigatórias” - aquelas cujo orçamento, empenho e pagamento decorrem da existência de legislação anterior, que cria vínculos obrigacionais - define-se pelo fato de constar da lei orçamentária e não pela própria norma substantiva.

RESOLUÇÃO CNJ N° 400/202*André Rocha*

36. André, servidor recém-chegado ao TRT-MS, ao tomar posse no Tribunal, realizou uma atividade de ambientação na qual se difundiu a política de sustentabilidade do Poder Judiciário, bem como as ações sustentáveis desenvolvidas, de modo a consolidar os novos padrões de consumo consciente do órgão. A realização dessa ambientação está expressamente prevista no art. 26 da Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça e foi realizada para um conjunto de servidores recém-empossados.

I – A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) deve ser presidida por um(a) magistrado(a) e composta por, no mínimo, cinco servidores(as) titulares de unidade, abrangendo, necessariamente, as áreas de gestão estratégica, sustentabilidade e compras ou aquisições.

II – A unidade de sustentabilidade deve monitorar os indicadores e as metas do PLS.

III - Os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2035, a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento.

Considerando que nessa ambientação apenas informações corretas foram passadas aos novos servidores, é possível afirmar que as seguintes afirmações podem ter sido feitas.

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

37. Segundo a Resolução nº 400/2021, o Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário deve ser elaborado e publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

a) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário consiste em uma ferramenta de gestão e transparência dos resultados das ações voltadas à promoção da sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário, por meio do monitoramento do uso dos recursos e serviços prestados, buscando melhor eficiência do gasto público.

b) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário é composto pelo Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo TRT-MS.

c) A alimentação do PLS-Jud cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que deve verificar a confiabilidade dos dados repassados pelos órgãos do Poder Judiciário.

d) Os resultados anuais alcançados pelo órgão, referentes aos indicadores constantes do Anexo da Resolução, deverão ser inseridos no PLS-Jud até o dia 31 de dezembro do ano-base.

e) Em virtude da prestação anual de informações ao CNJ, os órgãos do Poder Judiciário ficam dispensados de manter o acompanhamento periódico dos indicadores.

GESTÃO DE RISCO E CONTROLE INTERNO*Tonyvan Carvalho*

38. Numa auditoria de demonstrações contábeis, foi determinado que o risco de auditoria seria muito baixo. O auditor independente avaliou os riscos de distorção relevante para, em seguida, estabelecer o nível de risco de detecção aceitável. O auditor deve ter em mente que:

- a) controles internos eficazes contribuem para elevar o risco de controle;
- b) controles internos eficazes podem eliminar o risco de controle;
- c) quanto maiores forem os riscos de distorção relevante, menor será o risco de detecção;
- d) os riscos de distorção relevante no nível da afirmação têm dois componentes: o risco inerente e o risco de auditoria;
- e) procedimentos de auditoria bem desenhados e adequadamente aplicados contribuem para redução do risco inerente.

39. Uma instituição de ensino superior realizou um processo de avaliação dos riscos associados à administração do alojamento estudantil e concluiu que não possuía internamente os requisitos e as funcionalidades para administrar de forma adequada um serviço de alojamentos. Assim, a instituição de ensino terceirizou a administração do alojamento a uma empresa de gestão patrimonial, com vistas a reduzir o impacto e a probabilidade de riscos relacionados com a propriedade. A decisão tomada pela instituição de ensino após o processo de avaliação de riscos representa uma resposta ao risco, que implica:

- a) aceitar;
- b) compartilhar;
- c) evitar;
- d) moderar;
- e) reduzir.

40. Em um trabalho de auditoria, o auditor deve avaliar os controles internos e identificar as deficiências que, no seu julgamento profissional, são de importância suficiente para merecer a atenção da administração da entidade. Durante um trabalho de auditoria, um auditor obteve indicações de que transações significativas, nas quais a administração da entidade auditada está financeiramente interessada, não estão sendo apropriadamente analisadas pelos responsáveis pela governança. Essas indicações constituem evidência de aspectos ineficazes do ambiente de controle e representam deficiências significativas no contexto da entidade auditada.

À luz da NBC TA 265, diante dessa constatação, o auditor deve

- a) alterar o escopo da auditoria para um nível de asseguuração limitada.
- b) comunicar essas deficiências tempestivamente por escrito aos responsáveis pela governança.
- c) emitir o seu relatório com uma opinião modificada.
- d) propor procedimentos de controle que amenizem os riscos associados à deficiência.
- e) realizar um maior número de testes para reduzir o risco de auditoria.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
AVANÇADOS**

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

41. O sindicato dos petroleiros, após assembleia, decidiu que em 24 horas ocuparia todas as refinarias e instalações das empresas exploradoras de petróleo, para pressionar os empregadores a aceitarem o reajuste desejado pela categoria. Os empregadores foram comunicados por escrito dessa decisão.

Uma estatal federal (sociedade de economia mista) e uma empresa privada resolveram, cada qual, ingressar com interdito proibitório na defesa de seus interesses, visando a impedir que a posse de suas instalações fosse molestada pelos grevistas. Considerando os fatos, as regras de competência e o entendimento consolidado do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) A Tanto a estatal quanto a empresa privada deverão ajuizar suas ações na Justiça Estadual.
- b) B A estatal, dada a sua natureza jurídica, ajuizará ação na Justiça Federal comum e a empresa privada, na Justiça do Trabalho.
- c) C A estatal federal e a empresa privada ajuizarão suas ações na Justiça do Trabalho.
- d) D A empresa privada ajuizará ação na justiça estadual e a estatal federal, na Justiça Federal comum.
- e) E a estatal federal e a empresa privada ajuizarão suas ações na Justiça Federal comum.

42. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, conforme a Constituição Federal, exceto:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos
- b) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim
- c) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei
- e) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas

43. Acerca do regramento constitucional do direito coletivo do trabalho, julgue os itens:

I - A liberdade sindical tem previsão constitucional, mas não se dota de caráter absoluto. A previsão legal de número máximo de dirigentes sindicais dotados de estabilidade de emprego não esvazia aquela liberdade, que se preserva para cumprir a finalidade de autonomia da entidade sindical, não para criar situações de estabilidade genérica e ilimitada sem se conciliar com a razoabilidade e a finalidade da norma constitucional garantidora do direito.

II - Os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, desde que haja a devida autorização dos substituídos.

III - É incompatível com a liberdade de associação profissional ou sindical a exigência, para o exercício de profissão, de inscrição em órgão de classe ou sindicato.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) I e II

44. O Governador do Estado Alfa deseja ajuizar ação de controle concentrado de constitucionalidade, perante o STF, para confirmar a constitucionalidade de lei estadual que estendeu aos servidores estatutários estaduais o adicional de penosidade.

À luz da CF e da jurisprudência do STF, o governador deve ajuizar:

- a) Reclamação
- b) Ação declaratória de constitucionalidade
- c) Ação direta de inconstitucionalidade

d) Arguição de descumprimento de preceito fundamental

e) Recurso extraordinário

45. Quanto aos direitos sociais na CF, pode-se afirmar corretamente que:

a) a CF prevê a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

b) não é constitucionalmente assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso

c) É assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender

d) Nas empresas de mais de três empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

e) A CF assegura a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa

DIREITO ADMINISTRATIVO*Hebert Almeida*

46. João, servidor público federal, ao desempenhar suas funções, deixou, dolosamente, de observar norma administrativa essencial, causando prejuízo financeiro ao erário. Além disso, sua conduta foi investigada e resultou em processo criminal por suspeita de desvio de recursos públicos. O prejuízo causado por João também afetou diretamente um terceiro, que decidiu ajuizar ação contra a Fazenda Pública para reparação do dano sofrido. Com base na Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta:

- a) João somente poderá ser responsabilizado civilmente se for condenado no processo criminal, pois as responsabilidades são interdependentes.
- b) a absolvição de João no processo criminal por falta de provas afastará automaticamente a responsabilidade administrativa.
- c) a obrigação de reparar o dano causado à Fazenda Pública estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- d) a Fazenda Pública não poderá ser responsabilizada pelos danos causados ao terceiro, devendo este propor ação diretamente contra João.
- e) João não poderá ser responsabilizado administrativamente, pois a responsabilidade civil prevalece em casos de prejuízo ao erário.

47. Assinale a alternativa que apresenta uma inovação trazida pela Lei nº 14.133/2021:

- a) a previsão do diálogo competitivo, modalidade que possibilita à Administração realizar diálogos com os licitantes para definir a melhor solução técnica em casos de contratações que exijam soluções inovadoras.
- b) supressão do pregão eletrônico como modalidade de licitação, restringindo a modalidade de pregão apenas ao formato presencial.

c) dispensa da exigência de justificativa para contratações de serviços especializados, permitindo a celebração de contratos diretamente, sem licitação.

d) agregação de todas as modalidades de licitação em um único tipo, com o objetivo de unificar os procedimentos e simplificar a escolha em qualquer situação de contratação pública.

e) autorização para que todas as contratações relevantes sejam realizadas diretamente, sem licitação.

48. Uma entidade privada, sem finalidade lucrativa, que busque a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para que possa firmar parcerias com o Poder Público deve levar em consideração que:

- a) a lei veda expressamente sua constituição como associação de classe.
- b) deve estar funcionando regularmente a, no mínimo, cinco anos.
- c) o requerimento para a qualificação deve ser direcionado diretamente ao Ministério da Economia.
- d) a sua diretoria não pode ser composta por servidores públicos.
- e) possui autorização para a qualificação caso seja uma sociedade cooperativa.

49. Marcos sofreu um acidente causado por um veículo oficial da Administração Pública, que estava sendo conduzido por Pedro, servidor público. Após análise do caso, ficou comprovado que Pedro agiu com culpa ao desrespeitar normas de trânsito. A Administração Pública foi condenada a indenizar Marcos pelos danos sofridos, e, posteriormente, decidiu ingressar com uma ação contra Pedro para reaver os valores pagos na indenização. Com base no §6º do art. 37 da Constituição Federal e na jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade do Estado perante Marcos é subjetiva, sendo necessário comprovar dolo ou culpa do agente público causador do dano.
- b) a ação regressiva contra Pedro poderá ser movida independentemente de comprovação de dolo ou culpa em sua conduta.
- c) o Estado poderá ser responsabilizado pelos danos causados a Marcos, mas não está obrigado a ingressar com ação regressiva contra Pedro, pois isso é uma faculdade administrativa.
- d) a responsabilidade do Estado perante Marcos é objetiva, mas o direito de regresso contra Pedro exige comprovação de dolo ou culpa na conduta do servidor.
- e) a ação regressiva contra Pedro deverá ser proposta apenas se Marcos solicitar expressamente à Administração Pública.

50. Sobre a convalidação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a convalidação é uma forma de extinção do ato administrativo, uma vez que desfaz os efeitos do ato viciado.
- b) a convalidação de um ato administrativo gera efeitos prospectivos (*ex nunc*), mantendo os efeitos produzidos após sua correção.
- c) a convalidação é possível em atos administrativos com vícios de competência, desde que não seja exclusiva, e de forma, desde que não essencial.

d) para que um ato administrativo seja convalidado é indispensável que o vício seja insanável e cause lesão ao interesse público.

e) todos os vícios de um ato administrativo podem ser corrigidos por meio da convalidação, incluindo os vícios de finalidade e de objeto.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

51. Maria foi admitida em uma empresa com salário mensal de R\$ 3.000,00. Após certo tempo, a empresa atrasou o pagamento de salários por três meses consecutivos. Assinale a alternativa que menciona o direito de Maria perante essa situação.

- a) Maria pode considerar o contrato rescindido e receber as verbas de rescisão indireta.
- b) Maria só pode rescindir o contrato se o atraso ultrapassar seis meses.
- c) A empresa pode regularizar os pagamentos a qualquer momento, sem penalidades.
- d) Maria deverá ingressar com ação judicial para exigir apenas os salários atrasados.
- e) Maria não pode rescindir o contrato sem antes buscar a homologação do sindicato.

52. Lucas trabalha como operador de máquinas em uma indústria e sofreu um acidente durante o expediente por negligência da empresa na manutenção dos equipamentos. Ele ficou afastado pelo INSS por quatro meses. Logo após o retorno, Lucas foi demitido sem justa causa. Considerando as regras previstas na legislação trabalhista e previdenciária, assinale a alternativa correta.

- a) Não há irregularidade na conduta, pois a estabilidade só se aplica a afastamentos superiores a seis meses.
- b) A demissão é irregular, pois Lucas tem estabilidade provisória após o acidente de trabalho, a qual terá a duração de doze meses.
- c) A demissão é válida, desde que a empresa pague os salários do período de afastamento.
- d) Lucas perde o direito à estabilidade se o acidente foi causado por falha sua.
- e) A estabilidade só é garantida em casos de aposentadoria por invalidez.

53. Ródinei retirou-se da sociedade empresária Alfa, na qual continuaram a figurar como sócios Roberto e Rodrigo. À luz dos preceitos celetistas, é correto afirmar que, em regra, Ródinei:

- a) não responderá pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio.
- b) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
- c) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.
- d) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações

ajuzadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

- e) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

54. João e Maria discutiam sobre os limites da negociação coletiva na seara trabalhista. Considerando-se as regras celetistas, João afirmou corretamente que o acordo coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) banco de horas anual, intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, e troca do dia de feriado.
- b) adesão ao Programa Seguro-Emprego – PSE, seguro-desemprego, remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual.
- c) valor nominal do 13º salário, valor dos depósitos do FGTS e banco de horas anual.
- d) número de dias de férias e teletrabalho.
- e) regime de sobreaviso e adicionais de atividades penosas, insalubres ou perigosas.

55. Assinale a utilidade ou importância que, de acordo com as regras celetistas, NÃO possui natureza remuneratória:

- a) importância fixa paga mensalmente pelo empregador, diretamente ao empregado, como contraprestação ao trabalho.
- b) gratificação legal e gorjetas.
- c) percentuais sobre vendas realizadas.
- d) auxílio-alimentação pago em dinheiro.
- e) assistência médica, prestada diretamente pelo empregador.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

56. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

57. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.

- I. Em regra, há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.
- II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.

III. O jus postulandi é o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.

IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado. De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.

d) I e III.

e) I e II.

58. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

59. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

60. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
 - b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
 - c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
 - d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
 - e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigarão o proponente.
-

Discursiva

Considere o caso hipotético apresentado a seguir. Uma gestante que desempenha uma atividade classificada como insalubre em grau médio requisitou seu afastamento das atividades funcionais.

No entanto, nesse contexto hipotético, apenas as atividades insalubres em grau máximo acarretariam afastamento da grávida de suas ocupações. As atividades insalubres em grau médio ou mínimo podem permitir que a gestante seja afastada, porém a gestante terá que apresentar um atestado de um médico de confiança que expressamente recomende seu afastamento do ambiente insalubre durante a gestação.

A mesma gestante indagou sobre o exercício do seu trabalho durante a lactação, tendo-lhe sido informado que, nesse caso, seria indispensável o atestado médico que recomendasse o distanciamento da atividade desempenhada. Em qualquer hipótese, a gestante ou lactante continuaria a receber o adicional de insalubridade.

Nesse contexto, elabore um texto dissertativo contínuo de 15 linhas, em que, de modo fundamentado, desenvolva os seguintes aspectos:

- a argumentação consistente sobre se há proteção adequada à mulher gestante ou lactante, ao nascituro e ao recém-nascido nesse contexto hipotético;
- a proteção da gestante e da lactante de forma adequada no ambiente de trabalho, considerando a Constituição Federal de 1988 bem como se a situação está de acordo com a proteção dos direitos sociais das trabalhadoras;
- a correlação entre a proteção à mulher gestante e lactante e a igualdade de todos perante a Constituição Federal de 1988.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
